

**DA LÍNGUA-OBJETO À PRÁXIS LINGUÍSTICA:  
DESARTICULAÇÕES E  
REARTICULAÇÕES CONTRA HEGEMÔNICAS**

Joana Plaza Pinto\*

**RESUMO:** Neste artigo, examino a noção de “língua” à luz de um conjunto crítico de estudos contra hegemônicos sobre corpo, identidade e linguagem. Tal exame incorre necessariamente na descolonização e desmodernização do pensamento sobre linguagem, já que a ideologia moderna e colonial dividiu as práticas linguísticas em objeto e seu sobejo, performativamente inventando a “língua” como um fato, e empurrando a prática/ação para fora dos limites dos estudos linguísticos. Defendo que o conjunto examinado pode ser compreendido a partir de três operações: desarticulação da língua-objeto, rearticulação dos conhecimentos locais e rearticulação da língua como práxis.

**PALAVRAS-CHAVE:** língua, corpo, identidade, descolonização do conhecimento, práxis

**ABSTRACT:** In this article, I examine the notion of "language" enlightenment by a critical set of counter hegemonic studies on body, identity and language. This examination necessarily incurs in the decolonization and demodernization of knowledge about language, since the colonial and modern ideology divided linguistics practices in object and its excessive, performatively inventing the “language” as a fact, and pushing the practice/action out of limits of language studies. I argue that the whole examination can be understood from three operations: disarticulation of language-object, re-articulation of local knowledge and re-articulation of language as praxis.

**KEYWORDS:** language, body, identity, decolonization of knowledge, praxis

Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma.  
Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica,  
liberando-nos nós mesmos na linguagem  
(bell hooks<sup>1</sup>, 2008, pp. 863-864).

---

\*Joana Plaza Pinto é professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Faculdade de Letras/ Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: joplazapinto@gmail.com

<sup>1</sup>A feminista bell hooks, nascida Gloria Watkins, assina suas obras em minúsculo e requer suas referências tal e qual, com o argumento de que ela mesma não se reduz a um nome e seus textos não devem ser lidos em função desse nome. Mantenho neste artigo, então, o formato requisitado pela autora.

Do mesmo jeito que nós performamos identidade com palavras  
(muito mais do que refletir identidades na linguagem),  
nós também performamos línguas com palavras  
(Alastair Pennycook, 2007, p. 110).

## Introdução

Este trabalho se fundamenta em dois conjuntos de estudos: reflexões sobre as mudanças nas práticas linguísticas e corporais que se articulam no mundo contemporâneo, e estudos sobre as tensões epistemológicas em torno das afirmações sobre as línguas na modernidade colonial.

As mudanças no mundo contemporâneo afetam tanto práticas corporais quanto práticas linguísticas (PINTO, 2008), desarticulando e rearticulando as maneiras como os grupos marcam, negociam e resistem às regulações corporais e linguísticas. Como aponta Mignolo (2003), a depender do conjunto de práticas corporais em jogo, uma mesma língua pode ser tanto objeto de resistência quanto instrumento de resistência. Em cada caso, as relações desiguais entre as línguas precisam ser compreendidas nos contextos em que se articulam com as hegemonias. No sentido defendido por Gramsci (2006), tais hegemonias participam das disputas de poder (consensos e coerções) no campo cultural e, assim, operam o lugar geopolítico das línguas. Mas as hegemonias, sendo processos culturais, são dinâmicas e regionais:

Em primeiro lugar, quando se fala de hegemonia e subalternidade, fala-se de processos dinâmicos de construção e reconstrução de hegemonias ou de consensos parciais sobre o sentido das relações sociais, seus significados e práticas instituintes. Ou seja, hegemônicos e subalternos não estão definidos essencialmente, mas sim como sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação que ocorrem em contextos sociais estruturados, porém abertos à inovação. Isso implica, em segundo lugar, a consideração de hegemonias regionais – por exemplo, ligadas à vida doméstica ou ao exercício da sexualidade – e um descolamento entre sujeitos sociais de gênero e estruturas de gênero (PINHO, 2004, pp. 65-66).

Uma mulher chicana escolarizada na fronteira dos Estados Unidos e México, ao insistir em escrever e falar espanhol – suas variantes de prestígio ou não – confronta o lugar de poder anglófono (ANZALDÚA, 1999). Por outro lado, um escritor peruano (ARGUEDAS, 1962 *apud* MIGNOLO, 2003, p. 297ss), ao publicar em quíchua, confronta a naturalização imposta do espanhol na América colonizada. De modo exemplar, o lugar geopolítico compõe o contexto hegemônico ou subalterno de uma língua em relação às demais e tal contexto não pode ser compreendido senão no conjunto das estratégias corporais e linguísticas que manejam os domínios sociais (culturais, econômicos, políticos). O conjunto de práticas linguísticas a que se chama “o espanhol” no contexto de Arguedas e aquele a que se chama “o espanhol” no contexto de Anzaldúa não podem ser abordados da mesma forma. Como atos de

fala ritualizados (PINTO, 2007), tais conjuntos precisam ser compreendidos como ações locais inseridas nas disputas de poder cultural, estratégias para a produção de consensos linguísticos ou para a resistência às coerções e violências linguísticas, e assim precisam ser analisadas em relação às demais práticas linguísticas e corporais que as cercam. “O espanhol” – ou qualquer outra língua – é, portanto, “um efeito de língua” (MAKONI & PENNYCOOK, 2007) local de um conjunto estratégico de atos de fala, práticas linguísticas articuladas nas dinâmicas das práticas corporais.

Sendo efeito das práticas linguísticas, o estatuto epistêmico da noção de “língua” deve ser examinado à luz de mudanças e permanências dos processos dinâmicos das hegemonias. Entre tantas implicações dessa posição teórica que assumo, destaco neste artigo o fato de que tal exame da noção de “língua” incorre necessariamente na descolonização e desmodernização do pensamento sobre linguagem, já que a ideologia moderna e colonial dividiu as práticas linguísticas em objeto e seu sobejo, performativamente inventando a “língua” como um fato, ao mesmo tempo científico e nacionalista, e empurrando a prática/ação para fora dos limites dos estudos linguísticos.

Do ponto de vista metodológico, essa necessidade teórica me obrigou a abrir os olhos para leituras de textos sobre linguagem produzidos por autoras e autores pertencentes a grupos não hegemônicos que compreendem a linguagem na articulação de suas identidades corporificadas, de seus modos de subjetivação e, especialmente, de suas resistências às desigualdades formadas no bojo dos processos modernizantes e coloniais.

Assim, neste artigo apresento as primeiras reflexões em torno de tais leituras e algumas consequências para os estudos da linguagem. A principal pergunta para direcionar as leituras é: como as concepções de linguagem participam dos processos coloniais, sua materialidade e suas formas de subjetivação contemporâneas nos corpos de identidades não-hegemônicas?

O primeiro conjunto de respostas, que apresento a seguir, veio de fora da Linguística como campo instituído: são educadoras, antropólogos, sociólogos, psiquiatra, entre outras/os estudiosas/os que apresentam reflexões contra-hegemônicas para os estudos da linguagem. Expressamente, selecionei obras críticas sobre as relações entre corpo e linguagem, que são reconhecidas por se posicionarem de forma contra hegemônica em relação aos processos coloniais e ao projeto de modernidade. Foram lidas e discutidas as concepções de linguagem das escritoras feministas bell hooks (2008), Gloria Anzaldúa (2009) e Lelia Gonzales (1984), do antropólogo Pierre Clastres (2003), do médico psiquiatra Frantz Fanon (2008), do historiador Walter Mignolo (2003) e dos pesquisadores da Linguística Aplicada Sifree Makoni (2003; 2007) e Alastair Pennycook (2007), autoras e autores explicitamente posicionadas(os) como anti racistas e anti colonialistas. Ainda que estas sejam minhas fontes primárias de estudo, outras autoras e autores também são referidas(os) para esclarecer ou acrescentar argumentos.

Se em mais da metade do século XX a Linguística foi a ciência-piloto, no seu final são as intersecções contra disciplinares que oferecem as versões teóricas mais acuradas e problematizadoras para se compreender a linguagem. Organizei minha interpretação dessas versões teóricas em três operações: desarticulação da língua-objeto, rearticulação das fontes de conhecimento locais e rearticulação da língua como práxis.

## 1. Desarticulação da língua-objeto

Para as autoras e autores lidos, a linguagem não é *em si* objeto de análise, mas é entendida como um conjunto de práticas de “uma importância fundamental” (FANON, 2008, p. 33). A linguagem só ganha tal importância ao ser compreendida em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação que participam da construção dos corpos nas identidades não-hegemônicas.

Abrindo seu livro com um capítulo intitulado “O negro e a linguagem”, Fanon (2008, p. 34) afirma que “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”. Fanon nos indica que as relações raciais estruturam as práticas linguísticas, na medida em que tais relações foram construídas no processo colonial que alçou certas culturas ocidentais à condição hegemônica e suas línguas se tornaram ícone dessa hegemonia. Como bell hooks (2008, p. 858) revela em seu artigo “Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens”:

O inglês padrão não é a fala do exílio. É a língua da conquista e da dominação; nos Estados Unidos, é a máscara que esconde a perda de tantas línguas, todos aqueles sons da diversidade, comunidades nativas que nós nunca ouviremos, a fala do Gullah, Yiddish, e tantas outras línguas esquecidas.

As línguas coloniais não são conjuntos de estruturas neutras de comunicação entre povos nativos, escravizados e racializados e seus colonizadores, hoje transformadas em língua “oficial”, “de comércio” ou “internacional” (cf. PENNYCOOK, 2007). As línguas participaram de forma central e participam ainda das etapas de colonização. Da violenta imposição e aliciamento à “naturalização” de seu uso hoje, as línguas coloniais ofereceram o que Salles Jr. (2006) chamou de “integração subordinada”, camuflando e silenciando as violentas desigualdades das práticas linguísticas sob o véu modernizante do uso para a “comunicação de todos”. Sales Jr. explica que a integração subordinada regula as formas hegemônicas de discriminação racial, que são o estereótipo racial e o não-dito racista. É fácil verificar como essas duas formas regulam também a língua em seu conjunto, na medida em que certas formas linguísticas são reconhecidas como estereótipos raciais enquanto o não-dito racista é o conjunto de práticas linguísticas que interpelam de maneira naturalizante e enraizada: “A pessoa negra consegue ascender socialmente desde que não transgrida o ‘pacto de silêncio’ imposto pelas normas de ‘cordialidade’ que regulam as trocas de favores e a distribuição da gratidão como forma de obrigação” (SALES JR., 2008, p. 231).

Bom exemplo de Fanon (2008): Nos exércitos coloniais os oficiais nativos desfrutaram de certa respeitabilidade porque atuam no papel de intérpretes, utilizando a língua do colonizador para passar as ordens aos compatriotas; nas relações internas nos territórios colonizados, a burguesia local aprende a promover a língua padrão da metrópole e a desprezar as variantes desta língua que se misturam com as línguas nativas.

Bom exemplo de bell hooks (2008, pp. 860-861):

Nos círculos acadêmicos, tanto na esfera do ensino quanto na da produção escrita, tem sido pouco o esforço feito para utilizar o vernáculo negro – ou, do mesmo modo, qualquer outra língua que não seja o inglês padrão. Quando, numa disciplina sobre mulheres negras escritoras que eu estava lecionando, perguntei para um grupo de estudantes etnicamente diverso por que nós ouvíamos somente o inglês padrão ser falado em sala de aula, eles ficaram momentaneamente sem palavras. Ainda que muitos deles fossem indivíduos para quem o inglês padrão era a segunda ou terceira língua, para eles simplesmente nunca tinha ocorrido que fosse possível dizer alguma coisa em outra língua, de uma outra maneira.

A língua é, então, um elemento das redes de poder instauradas nos processos coloniais de racialização. Usar uma ou outra língua, falar de uma forma ou de outra, falar *melhor* ou *pior*, equivale a ocupar ou interpelar uma posição nas relações raciais. Fanon descreve o papel da linguagem nessas relações: falar francês significa ser branco, mas, não se sustentando linear ou causalmente essa relação, os artificios para mantê-la são diversificados. O autor descreve uma série desses artificios nas Antilhas francesas: o negro que fala francês é visto como um quase-branco, ou, sendo o negro, é visto como quem não sabe falar francês por isso deve ser interpelado em *patoá*, ou reagindo a esta interpelação o negro fala o mais padronizado francês e “sustenta o mundo dos brancos” (FANON, 2008, p. 49), ou o negro se nega a falar o francês para rejeitar o mundo do branco. Essa diversificação tem, no entanto, apenas um fim: “Você aí, fique no seu lugar!” (FANON, 2008, p. 46).

De modo semelhante, a discussão de Lelia Gonzales (1984) destaca a interpelação racial da língua. A epígrafe de seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, narrando uma confusão entre brancos e negros num evento, sintetiza:

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? (GONZALES, 1984, p. 223).

A autora duplica sua argumentação quando une sua crítica à domesticação da fala da mulher negra com a sua própria prática:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALES, 1984, p. 225).

De que risco trata Gonzales senão do risco de “dar com a língua nos dentes” quando se deve “ficar no seu lugar”? O que ambos, Fanon e Gonzales, estão nos apresentando é a riqueza de se compreender a língua, não como objeto, mas como parte fundamental de processos de hierarquização violentos e naturalizados. Como

Marília Carvalho (2005) aponta para o desempenho escolar, a língua é elemento de identificação racial. Carvalho (2005, p. 77) avança na compreensão da questão racial brasileira quando discute que

[a] classificação racial das crianças não estava relacionada apenas a suas características físicas e a seu status socioeconômico, como já foi verificado para o conjunto da sociedade brasileira, mas também a seu desempenho escolar, com uma associação, por parte das educadoras, entre pertencimento à raça negra e problemas de desempenho.

Sua pesquisa mostra que o mecanismo de identificação racial conta com “as professoras clarearem crianças de melhor desempenho quanto de, simultaneamente, avaliarem com maior rigor crianças que percebem como negras” (CARVALHO, 2005, p. 94). Por um lado, este mecanismo não é muito diferente do que aponta Fanon: o negro que fala fluentemente a língua colonial será reconhecido como “quase-branco”: “Em um grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase-branco. Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco” (FANON, 2008, p. 36). Por outro lado, a língua também é usada para enegrecer: alguém percebido como negro não será digno da língua do branco: “Falar *petit-nègre* a um preto é afligi-lo, pois ele fica estigmatizado como ‘aquele-que-fala-*petit-nègre*’” (FANON, 2008, p. 45). Assim como as características fenotípicas, o status socioeconômico, a escolarização, o desempenho escolar entre outros, a língua é elemento dos processos de racialização (FANON, 2008; GONZALES, 1984) e de hierarquização de gênero (GONZALES, 1984), não como item “natural”, “composto causal” ou “histórico linear” das relações racistas e sexistas, mas sim como um dispositivo de hierarquização entre corpos. Como demonstra Anzaldúa (2009, p. 306):

Bocuda, respondona, fofqueira, bocagrande, questionadora, leva e traz são todos signos para quem é *malcriada*. Na minha cultura, todas essas palavras são depreciativas se aplicadas a mulheres – eu nunca as ouvi aplicadas a homens.

A primeira vez que ouvi duas mulheres, uma porto-riquenha e uma cubana, dizerem a palavra ‘*nosotras*’ fiquei chocada. Eu nem sabia que essa palavra existia. Chicanas usam ‘*nosotros*’, sejamos machos ou fêmeas. Somos privadas do nosso feminino pelo plural masculino. A linguagem é um discurso masculino.

A língua é desarticulada de sua “estrutura”, espoliando-se de sua posição “objeto”, para compor-se com os demais elementos do conjunto do qual faz parte. Como defende de modo lapidar Mignolo (2003, p. 309), temos que nos afastar “da ideia de que a língua é um fato (isto é, um sistema de regras sintáticas, semânticas e fonéticas), em direção à ideia de que a fala e a escrita são estratégias para orientar a manipular os domínios sociais de interação”.

## 2. Rearticulação de conhecimentos locais

Para recompor a noção de língua, é preciso avançar. Mas para onde? Da composição desse conjunto de estudos aqui apresentado, emerge a importância dos conhecimentos locais e seu papel nas novas definições das práticas linguísticas. Assim se articulam a diversidade de modalidades de reflexão sobre a linguagem – as práticas orais e escritas diversas – e a construção de um pensamento liminar – pensamento de fronteira. Essa é uma rearticulação de conhecimentos locais como resposta à colonialidade do poder/saber, no sentido sintetizado por Castro-Gómez (2005, p. 178):

O conceito de ‘colonialidade do poder’ amplia e corrige o conceito foucaultiano de ‘poder disciplinar’, ao mostrar que os dispositivos pan-óticos erigidos pelo Estado moderno, inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia.

Essa posição aponta o projeto de modernidade dentro da colonialidade, deixando evidente que o período colonial, recorte histórico, não pode ser confundido com a colonialidade, organização geoeconômica que gerencia tanto o sistema colonial/moderno quanto o faz através da diferença colonial. Como mostra Mignolo (2003, p. 85), essa distinção permite ligar o capitalismo ao trabalho, à raça e ao conhecimento, já que identidades foram atribuídas às populações dominadas e, no mesmo bojo, estas foram submetidas ao conhecimento hegemônico europeu. É por isso que a colonialidade do poder não pode ser compreendida sem a colonialidade do saber<sup>2</sup>.

Os paradigmas eurocêtricos hegemônicos, que têm informado a filosofia e a ciência ocidentais no ‘sistema-mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal’ nos últimos 500 anos, assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. [...] O ponto principal aqui é o lócus da enunciação, isto é, o local geo-político e corpóreo-político do sujeito que fala. Na filosofia e na ciência ocidentais, o sujeito que fala é sempre escondido, dissimulado, apagado da análise. A ‘ego-política do conhecimento’ da filosofia ocidental tem sempre privilegiado o mito de um ‘ego’ não situado.

---

<sup>2</sup>Pensar a colonialidade do poder/saber permite identificar sob o mesmo olhar um conjunto amplo de enfoques teórico-metodológicos e suas relações (in)esperadas. Nas palavras de Grosfoguel (2007, p. 213): “Estudiosas feministas negras e chicanas (Moraga & Anzaldúa 1983, Collins, 1990), assim como estudiosos terceiromundistas dentro e fora dos Estados Unidos (Dussel, 1977; Mignolo, 2000) lembram-nos que nós sempre falamos de um lugar particular numa estrutura de poder. Ninguém escapa das hierarquias racial, geográfica, linguística, espiritual, de gênero, sexual e de classe do ‘sistema-mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal’. Como afirma a pesquisadora Donna Haraway (1988), nossos conhecimentos são sempre situados. Pesquisadoras feministas negras chamaram esta perspectiva de ‘epistemologia afro-cêntrica’ (Collins, 1990) (que não é equivalente a uma perspectiva afrocêntrica) enquanto o filósofo da liberação latinoamericano Enrique Dussel (1977) chamou-a de ‘geopolítica do conhecimento’ e seguindo Fanon (1967) e Anzaldúa (1987) eu vou usar o termo ‘corpóreo-políticas do conhecimento’”.

Local epistêmico étnico/racial/generificado/sexual e sujeito que fala são sempre separados. Ao desligar o local epistêmico étnico/racial/generificado/sexual do sujeito que fala, a filosofia e a ciência ocidentais estão aptas a produzir um mito sobre o conhecimento universal verdadeiro que cobre, isto é, dissimula quem está falando assim como o local epistêmico geo-político e corpóreo-político na estrutura do poder/conhecimento colonial da qual o sujeito fala (GROSFOGUEL, 2007, p. 213).

Um *locus* de enunciação que vê sem ser visto, uma visão de deus, como bem argumenta Donna Haraway (1995)<sup>3</sup>, não faz outra coisa senão camuflar seu ponto de vista, dissolver suas marcas, as marcas da diferença que operam sobre o sistema de conhecimento que essa visão alega ser previsionário. No entanto, os estudos que aqui apresento insistem no contrário, apontam “o corpo que fala” o conhecimento, desvelando o particularismo por trás do golpe universalista da colonialidade do saber. Clastres (2003, pp. 32-33), mesmo sem utilizar o conceito de colonialidade do saber/poder, compreende o dispositivo de poder na produção da etnologia e o particularismo da sua pretensão universalista:

Sem dúvida o etnocentrismo, como frisa muito justamente Lapierre, é a coisa melhor distribuída do mundo: toda cultura é, poder-se-ia dizer, por definição etnocêntrica em sua relação narcisista consigo mesma. Entretanto, uma diferença considerável separa o etnocentrismo ocidental do seu homólogo ‘primitivo’; o selvagem de qualquer tribo indígena ou australiana julga que a sua cultura é superior a todas as outras sem se preocupar em exercer sobre elas um discurso científico, enquanto a etnologia pretende situar-se de chofre no elemento da universalidade sem se dar conta de que permanece sob muitos aspectos solidamente instalada em sua particularidade, e que o seu pseudodiscurso científico se deteriora rapidamente em verdadeira ideologia. [...] O etnocentrismo não é portanto um entrave superficial à reflexão e as suas implicações têm mais conseqüências do que se poderia crer.

Mignolo (2003), Castro-Gómez (2005), Haraway (1995), Grosfoguel (2007) e Clastres (2003), todos assinalam a urgência de se contestar o dispositivo mais poderoso da colonialidade do saber: a universalidade. Esse dispositivo controla os *loci* de enunciação, separando, através da diferença colonial, o *locus* cujas enunciações são universais daquele *locus* cujas enunciações são sempre marcadas pelo particularismo de corpos desiguais. A contestação não pode ser outra senão o fazer emergir o particularismo de toda e qualquer *locus*, rearticular os conhecimentos

---

<sup>3</sup>“Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (HARAWAY, 1995, p. 18).



como marcadamente locais, comprometidos com o local geo-político e corpóreo-político de quem fala.

A colonialidade do poder/saber sempre precisou do controle do mapa geopolítico das línguas, que garantisse que “os padrões de conhecimento e sua exportação” (MIGNOLO, 2003, p. 88) fossem estabelecidos em certas línguas e, conseqüentemente, em certos países. Isso significa simplesmente que as línguas centrais sempre coincidiram com os pontos centrais nos mapas geopolíticos: com o desenvolvimento do projeto de modernidade, as línguas “do conhecimento” coincidem com “a ascensão do Império Britânico e do colonialismo francês e a consolidação da Alemanha como terceira nação poderosa na Europa Ocidental” (MIGNOLO, 2003, p. 88)<sup>4</sup>. São as línguas da produção do conhecimento hegemônico: o inglês, o francês e o alemão.

Para Anzaldúa (2009), hooks (2008), Gonzales (1984), Makoni e Pennycook (2007), Makoni *et al.* (2003) e Mignolo (2003), oferecer uma perspectiva local do conhecimento das línguas significa tanto “tomar em consideração as categorias dos(as) usuários(as) das línguas” (MAKONI *et al.*, 2003: 3), em oposição a categorias “universais”, quanto tomar a língua do opressor e a virá-la contra ela mesma (hooks, 2008, pp. 863-864).

Assim como Gonzales (1984, p. 225) faz emergir a voz da mulher negra no português (“o lixo vai falar, e numa boa”) enquanto impinge a sua visão localizada aos acadêmicos (“Quem responde prá gente é um branco muito importante (pois é cientista social, uai”) (GONZALES, 1984, p. 231), Makoni e Pennycook (2007) utilizam o inglês padrão acadêmico para subverter o mapa geopolítico das afirmações sobre línguas, fazendo falar em inglês as vozes saídas de *loci* não hegemônicos. Essa rearticulação de conhecimentos locais nas afirmações sobre línguas (diversidade na reflexão) segue o preceito de “expurgar e reordenar elementos coloniais e elitistas dentro dos estudos da linguagem” (MAKONI *et al.*, 2003, p. 1), falando e escrevendo em inglês porque assumindo que “o inglês não é tanto uma língua quanto um campo discursivo” (PENNYCOOK, 2007, p. 112), ou falando e escrevendo em várias línguas, como Anzaldúa (2009) defende<sup>5</sup>, porque assumindo o silêncio, a incompreensão e o não controle como parte integrante das práticas linguísticas:

é evidente que nós devemos mudar as maneiras convencionais de pensar sobre a língua, criando espaços onde vozes diferentes podem falar em outras palavras além do inglês ou em fala vernácula, imperfeita. Isso significa que na palestra ou até mesmo no trabalho escrito haverá fragmentos da fala que pode ou não ser acessível para todo indivíduo. Mudar a maneira como nós

<sup>4</sup>Para ver uma atualização crítica deste mapa geopolítico do conhecimento, incluindo já os resultados das novas dinâmicas de resistência e assimilação na produção científica no século XX, consultar Toro (2006).

<sup>5</sup>Anzaldúa (2009, p. 311) argumenta que a diversidade linguística é constitutiva e se devem estabelecer relações identitárias em bases de luta, e não por elementos prediscursivos: “Não há uma língua chicana assim como não há uma experiência chicana. Uma chicana monolíngue cuja primeira língua é o inglês ou o espanhol é tão chicana quanto aquela que fala diversas variantes do espanhol. Uma chicana do Michigan ou Chicago ou Detroit é tão chicana quanto uma chicana do sudoeste. O espanhol chicano é tão diverso linguisticamente quanto regionalmente”. Para ela, o que une as chicanas e chicanos é a desigualdade cultural e econômica a que estão expostas(os).

pensamos sobre linguagem e como nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos (hooks, 2008, p. 862).

É no *front* cultural da produção do conhecimento que as contra hegemonias se fortalecem.

### 3. Práxis linguística

A desarticulação da língua-objeto e a rearticulação dos conhecimentos locais oferecem condições para explorar a língua como estruturalmente fragmentada e comunicativamente vaga.

Pennycook (2007) observa que o mito da língua como estrutura depende fortemente do argumento da compreensibilidade mútua. Acrescento que a compreensibilidade mútua é mais que um argumento; dela dependem as técnicas que descrevem línguas, que utilizam exemplos com “compreensibilidade mútua” na relação informante-linguista para inventar (performar) a língua que se afirma descrever (constatar): é esta lista de exemplos que compõem os conjuntos de oposições “distintivas” que são o centro da estrutura em oposição às suas “variações”. Que esta estrutura dependa da compreensão, ao mesmo tempo pressuposta e manifesta, pouco se discutem. Como as descrições linguísticas podem depender tanto de um conceito semântico-pragmático sem nunca sequer mencioná-lo em sua empreitada?

Pennycook (2007, p. 107) acrescenta:

O argumento de que a compreensibilidade mútua possa ser uma maneira de definir se se está usando a mesma língua é desafiado, não apenas pela dificuldade óbvia de que versões da mesma língua não são compreensíveis umas às outras, mas também pela noção de que falantes mutuamente inteligíveis possam estar usando línguas diferentes.

Em oposição ao conhecido paradoxo de que é preciso reconhecer o mal-entendido, mas apenas para “criar um mecanismo que o evidencie e ao mesmo tempo permita corrigi-lo” (PINTO, 1998, p. 65), o grupo de estudos contra hegemônicos reconhece a potencialidade subversiva da vagueza da linguagem e da fragmentação linguística, e, logo, defendem a experiência do “desentendimento” com suas qualidades para desestruturar o poder. Alguns exemplos e argumentos sintetizam esse ponto.

Em suas aulas, bell hooks (2008, p. 861) procurou promover a diversidade linguística, pedindo a estudantes que utilizassem línguas diferentes do inglês padrão, especialmente o “inglês vernáculo” ou *Black English*. No entanto, estudantes brancos falantes do inglês padrão manifestavam mal-estar “porque eles podiam ouvir as palavras que eram ditas, mas não compreendiam o significado delas”. A atitude da educadora foi estimular essa experiência, “conceber o momento do não-entendimento do que alguém disse como um espaço para aprender”. Os objetivos explícitos dessa pedagogia linguística são “subverter esta cultura de frenesi e consumismo

capitalistas que exige que todo desejo deve ser satisfeito imediatamente” (hooks, 2008, p. 863) e fornecer “não somente a oportunidade de escutar sem ‘controle/domínio’, sem possuir ou apoderar-se da fala através da interpretação, mas também a experiência de ouvir palavras não-inglesas.” (hooks, 2008, p. 861). Essa defesa da “incompreensão” na língua subverte as relações de poder – na interação pessoal (escutar sem controle) e na interação política (consumismo capitalista).

Anzaldúa (2009, p. 307) argumenta em favor da fragmentação linguística como política identitária de sobrevivência e subversão:

Para um povo que não é espanhol nem vive em um país no qual o espanhol é a primeira língua; para um povo que vive num país no qual o inglês é a língua predominante, mas que não é anglo; para um povo que não pode se identificar inteiramente nem com o espanhol padrão (formal, castelhano) nem com o inglês padrão, que recurso lhe resta senão criar sua própria língua? Uma língua com a qual eles possam conectar sua identidade, capaz de comunicar as realidades e valores verdadeiros para eles mesmos – uma língua com termos que não são nem *español ni inglés*, mas ambos. Nós falamos um patoá, uma língua bifurcada, uma variação de duas línguas.

Ainda que nesse último trecho Anzaldúa fale em “variação de duas línguas”, devemos compreender a expressão “variação” como múltipla e não dual, como uma multiplicação em torno de “duas línguas” (inglês e espanhol) inventadas para serem centrais, padrão de comportamento linguístico e identitário. No mesmo artigo, uma página adiante, ela lista oito línguas faladas por chicanas e chicanos:

E porque somos um povo complexo, heterogêneo, nós falamos muitas línguas. Algumas das línguas que falamos são:

1. Inglês padrão
  2. Inglês de trabalhadores com gírias
  3. Espanhol padrão
  4. Espanhol mexicano padrão
  5. Dialeto espanhol norte-mexicano
  6. Espanhol chicano (Texas, Novo México, Arizona e Califórnia têm variações regionais)
  7. Tex-Mex
  8. Pachuco (chamado caló)
- (ANZALDÚA, 2009, p. 308).

E, no prefácio de seu livro, a autora menciona a mistura de práticas linguísticas: “do inglês com o espanhol castelhano com o dialeto do norte do México com o Tex-Mex com uma borrifada de Nahuatl com uma mistura de todos estes” (ANZALDÚA, 1999, s.p., Preface). Essa multiplicidade, imposta pela vida da fronteira e subversiva da geopolítica linguística nos Estados Unidos (“*El Anglo con cara de inocente nos arranco la lengua*” (ANZALDÚA, 2009, p. 306)), é também

metonímia de uma resistência corpórea. Para Anzaldúa, o controle da língua falada (geopolítica linguística) é a contraparte metonímica do controle do corpo, a língua-corpo (*tongue*) e a língua-fala (*language*) também se misturam na contestação às violências. Atacar a língua como forma de expressão de um grupo é, para Anzaldúa (2009, p. 306), como arrancar sua língua do corpo: “Línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas”.

Enfatizando igualmente as relações de poder nas práticas linguísticas, Fanon também mostra que tais práticas não são outra coisa senão ação e reação política. O autor afirma: “Há uma relação de sustentação entre a língua e a coletividade. Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, pp. 49-50). A palavra “assumir” afasta essa afirmação de Fanon de qualquer ideia “naturalista” ou “representacional” da identidade linguística. Falar o *patoá* ou falar o francês está longe de ser conhecimento linguístico de uma estrutura ou outra. Mas não se trata aqui de “representar” uma cultura pela língua. As práticas que Fanon analisa são ações de assimilação ou subversão, submissão ou resistência às violências e coerções. Para “sustentar o mundo do branco” os antilhanos usam o francês; para “rejeitar a Europa” eles se reúnem em torno do *patoá*.

Como destacam Makoni e Pennycook (2007, pp. 2-3), sendo inventadas/performadas nas relações de poder, as línguas têm tido efeitos reais e materiais:

[d]esde como elas influenciam a maneira como as línguas devem ser entendidas, como políticas linguísticas precisam ser construídas, como a educação precisa ser adotada, como testes de língua precisam ser desenvolvidos e administrados, e como pessoas precisam ser identificadas com rótulos específicos e, algumas vezes, morrer por eles.

Os exemplos de Anzaldúa (2009), hooks (2008) e Fanon (2008) estão apontando maneiras de repensar as línguas de modo a seguir contra tais efeitos; antes, os estudos contra hegemônicos provam que as línguas são desde sempre práticas relativas aos seus efeitos – “efeito de língua” (MAKONI & PENNYCOOK, 2007), nas relações de poder, “estratégias para manejar domínios de interação” (MIGNOLO, 2003, p. 309). Da relação entre práticas linguísticas, práticas corporais e processos coloniais, surgem, ao mesmo tempo, a reflexão sobre o papel das línguas, especialmente coloniais padronizadas, na dominação racial, de classe e de gênero e a crítica às formas como o pensamento ocidental as define.

Não afirmo que o conjunto de autoras e autores aqui apresentadas(os) propõe uma direção segura e final para abordar a língua. Inversamente, para esse conjunto crítico, a língua é *continuum* de ação, “ato de reconstrução mais do que ato de reprodução” (PENNYCOOK, 2007, p. 110); uma práxis contra hegemônica. Minha síntese desses estudos se fundamenta na definição de práxis como ação em espaço aberto e plural, em oposição à noção de estrutura que aprisiona falantes em rótulos, identidades, desigualdades (linguísticas e tantas outras). Por que esta palavra me parece tão adequada? Por causa do efeito político das contra hegemonias, suas concepções de língua só podem ser reunidas sob uma categoria que pressupõe transformação plural:

[a] praxis é aquele agir, ou aquela enunciação, cujo fim permanece ausente, que não se desenvolve sob a garantia de modelo algum, mas numa espécie de risco permanente, no desconhecimento de seus meios e seu fim. [...] a praxis vai em direção, porém vai em direção daquilo que ela não sabe.

O desconhecimento, comandando a praxis, ressuscita no seio do movimento teórico ou prático a possibilidade do desvio, ou do divertimento, que o torna atento à multiplicidade das formas ocultada pela pretensão auto-estradeira do pensamento e da prática (COLLIN, 1994, p. 145).

Sendo práxis, a língua é, conseqüentemente, um agir que, não tendo fim instrumental ou projeto dogmático a seguir, é ao mesmo tempo ato de fala (“nós fazemos o inglês fazer o que nós queremos que ele faça”) e ato político (“nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem”).

## Referências

ANZALDÚA, G. **Borderlands/ La Frontera**. 2ª ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. (Trad. Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos). **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 39, pp. 297-309, 2009.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 28, pp. 77-95, abr. 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S. “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. (Trad. Julio Cesar Casarin Barroso Silva). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005.

CLASTRES, P. **A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. (Trad. Theo Santiago). São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COLLIN, F. Textualidade da liberação: Liberdade do texto. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, n. esp., pp. 142-150, out.1994.

FANON, F. “O negro e a linguagem”. In: FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. (Trad. Renato da Silveira). Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, pp. 223-244, 1984.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Volume 1.** (Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho). 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GROSFUGUEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**. V. 21, n. 2-3, pp. 211-223, mar./mai. 2007.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, pp. 7-41, 1995.

hooks, b. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. (Trad. Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva). **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, V. 16, n. 3, pp. 857-864, dez. 2008.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. “Disinventing and reconstituting languages”. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (Ed.). **Disinventing and Reconstituting Languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

MAKONI, S.; SMITHERMAN, G.; BALL, A.F.; SPEARS, A. K. “Introduction: toward Black Linguistics”. In: MAKONI, S.; SMITHERMAN, G.; BALL, A.F.; SPEARS, A. K. (Ed.). **Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas**. New York: Routledge, 2003.

MIGNOLO, W.D. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. (Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PENNYCOOK, A. “The myth of English as an international language”. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (ed.). **Disinventing and Reconstituting Languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

PINHO, O. de A. Qual é a identidade do homem negro? **Democracia Viva**. n. 22, pp. 64-69, jun.-jul. 2004.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **D.E.L.T.A.** V. 23, n. 1, São Paulo, pp.1-26, 2007.

PINTO, J. P. “Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento lingüístico”. In: MAGALHÃES, J. S. de e TRAVAGLIA, L.C. (org). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_505.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_505.pdf); acesso em 27 out. 2008.

PINTO, J. P. **As Armadilhas da Referência e o Mal-Entendido – Problemas de**

**Alguns Pressupostos Teóricos.** 1998. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1998.

SALES JR., R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social.** São Paulo, V. 18, n. 2, pp. 229-258, nov. 2006.

TORO, C. Q. En qué anda la historia de la ciencia y el imperialismo? Saberes locales, dinámicas coloniales y el papel de los Estados Unidos en la ciencia en el siglo XX. **Historia Crítica.** Bogotá, n. 31, pp. 151-172, jan.-jun. 2006.

